

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

ALUNO: JOMAR RICARDO DA SILVA

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

REPÚBLICA II.

ORIENTADOR: ANTÔNIO CLARINDO

MONOGRAFIA

TÍTULO:

A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA
HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL



Biblioteca Setorial do CDSA. Janeiro de 2024.

Sumé - PB

SUMÁRIO

Apresentação.....pág. 3

Capítulo I

A IGREJA NO BRASIL (DOS ANOS 20 AOS ANOS 60)

PARTE I - A NEOCRISTANDADE E A LEC pág. 4

PARTE II - A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA pág. 5

PARTE III - ALGUNS FATORES DE MUDANÇA pág. 7

CAPÍTULO II

CEB's: ALCANCES E LIMITES NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA

PARTE I - A CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA E ECLESIAL...pág. 8

PARTE II - OS ENCONTROS DE CEB's NO BRASILpág. 10

PARTE III - AS CEB's E A DIOCESE DE CAMPINA GRANDE.....pág. 11

PARTE IV - CEB's E CPT LEVAM A IGREJA AO CAMPOpág. 12

PARTE V - O PAPEL DOS MEDIADORES NA COMUNIDADE pág.14

NOTAS CONCLUSIVAS pág.16

BIBLIOGRAFIA pág. 18

APRESENTAÇÃO

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro procura fazer uma análise, no primeiro momento, do modelo de neocristandade da Igreja Católica existente no Brasil a partir da década de 20 até os anos 50, compreendendo suas táticas de hegemonia religiosa sobre a sociedade. No segundo, a atuação da Ação Católica, os indícios de crítica ao sistema capitalista pela JUC e a criação da Ação popular. Por último apresenta alguns fatores que proporcionaram a Igreja as condições para a efetivação de determinadas mudanças na sua postura social.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a relação da Igreja com os Movimentos Sociais, especificamente a atuação das CEB's em interação com as mobilizações dos trabalhadores no meio rural em busca de condições que lhes garantam a cidadania.

O texto subdividi-se em várias partes, a primeira trata do contexto histórico e eclesial em que surgiram as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). A segunda mostra a orientação política das comunidades, a partir das análises das principais propostas dos Encontros Intercelesiais de base ocorridos no Brasil. A terceira procura identificar os principais problemas das CEB's em Campina Grande em relação aos Movimentos sociais.

"E a igreja vai ao campo" é o tema da quarta parte que esquadrinha as questões da presença da Igreja no meio rural, com a criação da CPT e das CEB's em áreas de conflitos. Derivados dessa presença, a igreja atua através dos mediadores, que através de sua metodologia procura não interferir na organização dos trabalhadores rurais. Porém, na prática há laços de dependência da Comunidade em relação a esses mediadores, é a problemática posta na última parte.

CAPÍTULO I PARTE I - A NEOCRISTANDADE E A LEC

A partir da década de 20, a Igreja brasileira começou a viver num modelo denominado de neocristandade. Este modelo chegou ao apogeu no período de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente. A neocristandade tinha como característica a defesa de um catolicismo vigoroso e a defesa da participação da Igreja nas principais instituições e no governo. Desta forma a Igreja defendia seus principais interesses tais como a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo.

Segundo Scott a neocristandade foi a forma que teve a Igreja de conviver com suas fragilidades, mantendo sua natureza de caráter conservadora.

Essa forma de atuação da Igreja era possível porque havia a aproximação de D. Sebastião Leme e do Papa Pio XI (1922 - 1939). Na Europa a política do Vaticano consistia na condenação do comunismo e na aliança da Igreja com as forças conservadoras nos anos 20 e 30.

No Brasil este pacto se concretizou na tentativa de utilizar o aparelho do estado para influenciar a sociedade e na participação efetiva dos líderes católicos com a política. Os líderes eclesiais trabalhavam com a administração e apoiavam Epitácio Pessoa (1918 - 1922) e a Artur Bernardes (1922 - 1926), mas com Getúlio Vargas esta relação chegou a ter um nível excepcional.

A Igreja tinha conseguido cooptar para as suas hostes uma camada social importante, a classe média. Dela retirou uma influente geração intelectual que se aglutinou em torno do Centro Dom Vital, um instituto católico pequeno, mas fundamental para o desenvolvimento do pensamento político da Igreja.

Entre os intelectuais se destacam a figura de Alceu Amoroso Lima. Íntimo colaborador do cardeal Leme, Jackson de Figueiredo, Sobral Pinto, e Jônatas Serrano. (TRINDADE, 1979). Alceu Amoroso Lima foi um dos líderes da ação católica e ajudou a fundar a Liga Eleitoral Católica.

A LEC (Liga Eleitoral Católica), criada pelo cardeal Leme em 1932, tinha como objetivo de orientar os católicos como votar. A LEC não estava ligada a nenhum partido político em particular, mas era decisivamente anticomunista. Na maioria das vezes estimulava aos eleitores a votarem de maneira conservadora. Até 1957 a LEC atingiu muitos de seus objetivos. Boa parte dos candidatos à eleição de 1935 para a Assembléia

Constituinte foi eleita. portanto, a Constituição de 1934 incorporou as principais reivindicações da LEC, que inclui o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio, o reconhecimento do casamento religioso e a educação religiosa. (DUSSEL, 1989).

Entretanto, a Igreja não se contentava com a ação da LEC. Muitos católicos, durante o regime de Vargas, participaram do movimento integralista entre 1932 e 1937. Também ela formou movimentos clericais conservadores para competir com os sindicatos progressistas. Criou os Círculos Operários e a Ação Católica na década de 30.

PARTE II - AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

Em 1948, a Ação Católica Brasileira sofre uma sensível modificação. Deixou de lado o modelo tradicional italiano e adotou o modelo francês. O primeiro, possuía uma organização baseada na divisão entre os sexos, o segundo, se organizava através da separação de classes e categoria social.

Naquele momento, em termos conjunturais, a economia entrava no processo de industrialização, característico da fase desenvolvimentista de pós-guerra, principalmente no período do governo de Juscelino Kubitschek. Algumas modificações se verificavam depois de 1955. Entre estas se encontram o aumento da mobilização social, mudanças na distribuição demográfica em consequência da concentração urbana e a penetração do capital estrangeiro. (SALEM, 1981).

A juventude estudantil, sente o impacto das mudanças e começa a querer interferir no processo social e político. Agora, temas como nacionalismo, desenvolvimento, transformação social são pontos de pauta das Assembléias estudantis.

Em 1960, a JUC publicou um documento - Algumas diretrizes de um Ideal Histórico cristão para o Povo Brasileiro. Esse documento fazia uma crítica ao sistema capitalista que era, por sua vez, o responsável pelo subdesenvolvimento. O capitalismo era colocado como um sistema que atentava contra a dignidade da pessoa humana e era merecedor da condenação da consciência cristã.

Na década de 60, a JUC estava envolvida com a esquerda brasileira. Ela seguia o mesmo itinerário aos partidos leninistas. Atuava no movimento estudantil e nos vários

movimentos de educação e cultura popular. Ajudava na organização dos camponeses e associação de bairro.

A sua articulação com o movimento estudantil permitiu que em 1961, Aldo Arantes, militante jucista fosse eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), começando a hegemonia católica que duraria até depois do golpe.

À medida que aumentava a participação da JUC nos movimentos sociais e conseqüentemente a politização dos seus membros, havia por parte destes uma exigência de mudanças sociais profundas, o que provocava o seu distanciamento da hierarquia católica.

Vários foram os documentos episcopais endereçados contra a excessiva politização do movimento. Em 1961 um desses documentos proibia a organização de fazer pronunciamentos radicais e de assumir compromissos políticos "indesejáveis". Quanto a posição da JUC referente ao socialismo, o documento afirmava que os "cristãos não podem considerar o socialismo como uma solução para os problemas políticos e sócio-econômicos, muito menos como a solução. Ao discutir a revolução brasileira, a JUC não pode considerar como válida e aceitável uma doutrina que defende a violência". (MAINWARING, 1989 - 1985).

Diante dos constantes atritos entre a hierarquia e a JUC, um dos canais que representou um livre canal de atividade política da esquerda católica foi a Ação Católica Popular (AP). A Ação Popular representou a tentativa dos jovens cristãos lutar pela construção de uma nova sociedade fora da estrutura eclesial. A AP tomou-se uma das maiores organizações de esquerda, junto do PCB e do PC do B. Depois do golpe ela passou para a clandestinidade, aproximou-se do marxismo e chegou a participar da luta armada. Enquanto isso, a JUC se extinguiu pela evasão dos seus quadros e desestimulada pelas represálias sofrida até aquele ano de 1966.

PARTE III - ALGUNS FATORES DE MUDANÇA

Apesar da Igreja ter apoiado o golpe militar de 31 de março de 1964, sua posição diante da ditadura iria mudar devido a alguns fatores e acontecimentos apontados por Salem (1981).

Entre as primeiras vítimas da repressão estavam os militantes juicistas e católicos em geral. Dois dias depois do golpe o seminário menor dos dominicanos em Juiz de Fora, Minas Gerais foi invadido pelo exército. Em 1969 o Pe. Henrique Pereira Neto foi assassinado no Recife.

No mesmo ano, o reitor do Seminário Regional do Recife, Monsenhor Marcelo Carvalheira foi preso em Porto Alegre, ficando 52 dias na cadeia, junto com outros religiosos.

A partir dessas truculências o discurso da Igreja modifica-se. Passa da condição de denunciadora. Isso também porque, segundo Pe. José Oscar Beozzo, a Igreja sentiu a exclusão de que o golpe apenas comportava a grande burguesia e as multinacionais. Naquela situação, jogada às traças, nunca colocada antes, a Igreja passa à oposição. Dessa forma a centralização das decisões do país, forçou os padres e bispos a realizarem alianças com o povo. (Impugnação pelo povo?)

Um fator também importante e que muito contribuiu para as mudanças verificadas na Igreja foi o crescimento do protestantismo e a crise das vocações. O crescimento extraordinário das seitas protestantes, da Umbanda e dos cultos espíritas, representa uma ameaça à hegemonia religiosa da Igreja na sociedade. O número baixo de vocação para o sacerdócio, por sua vez, tem levado a Igreja a aumentar a participação dos leigos nos trabalhos pastorais, terminando por haver um pouco mais de democratização das suas estruturas.

CEB's: ALCANCES E LIMITES NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA

CAPÍTULO II PARTE I - A CONJUNTURA SÓCIO-ECONÔMICA E ECLESIAL.

A Igreja católica sempre exerceu um papel importante na sociedade. Um dos fatores que a leva a resistir ao passar dos séculos é a sua capacidade de se adaptar às mudanças sociais.

No Brasil, no final da década de 60, um dos marcos das transformações na igreja foi o surgimento das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Teixeira (1988,305-6), precisando melhor esta terminologia afirma:

"São comunidades pelo fato de reunir pessoas que comungam a mesma fé e que 'se unem por laços de solidariedade e de compromisso de vida'. Estas pessoas se reúnem, normalmente, em pequenos grupos e de maneira geral pertencem a uma mesma vizinhança geográfica. São eclesiais porque constituídas de cristãos reunidas em razão de fé e em comunhão com toda a igreja. É justamente este dado eclesial que confere a identidade às que integradas por pessoas das camadas populares".

Essas comunidades se exclodem inseridas em certo contexto histórico e eclesial. No concenente aos fatores internos da Igreja podemos compreendê-las como resultado das motivações do Concílio Vaticano II, que ao falar da Igreja como "povo de Deus", referia-se "a participação ativa de grupos comunitários, através da qual os leigos deixariam de meros 'fregueses' ou presentes passivos". (Sader:1988:151).

O mesmo autor enfatiza também a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizado em Medellín, na Colômbia, 1968, que tinha como programa aplicar as diretrizes do Concílio Vaticano II ao subcontinente. A Declaração de Medellín é marcada pelo chamamento da presença da Igreja, de forma intensa e renovada, na Transformação da América Latina.

Em relação ao aspecto sócio-econômico, o País estava passando por uma fase de crescimento vertiginoso em sua economia chegando seu P.I.B. a atingir uma taxa de 10% ao ano, um dos índices mais altos do mundo. Os fatores que se destacavam eram os influxos crescentes de capital estrangeiro, rápida expansão das empresas estatais, concentração industrial, acelerado crescimento, diversificação das exportações e desempenho vigoroso no setor de bens de consumo. Entretanto havia uma distribuição negativa de renda. (MAINWARING, 1989).

No plano político, o regime militar se encontrava na fase de recrudescimento. Os meios de comunicação estavam sob rígida censura, o congresso foi fechado e as organizações populares tiveram seus líderes perseguidos e presos.

Com isso, a igreja se apresentou como canal de expressão a ser utilizado por segmentos sociais que se encontravam à margem do processo político, para discutirem seus problemas. A aproximação da Igreja com intelectuais e grupos de esquerda lhe proporcionou a iniciativa de constituir movimentos populares como o MAB (Movimento de Associação de Bairros). Segundo Mainwaring estes movimentos, com o processo de abertura política, ganharam autonomia (KRISCHKE e MAINWARING, 1986).

Porém, a mudança da igreja apenas tomou-se efetiva porque ela começava a possuir novos valores eclesiológicos, que Roberto Ploeg¹⁾ elenca em quatro elementos, a saber: Primeiro, a evangelização a partir da perspectiva dos empobrecidos, considerando o ambiente da sua inserção do que o território da estrutura; Segundo, uma igreja profética que denunciava o regime militar e o sistema econômico; Terceiro, uma igreja que através do método ver-julgar-agir confrontava uma visão dialética da realidade com o evangelho e por último uma igreja mais leiga, com maior participação ativa dos leigos nos organismos decisórios.

PARTE II - OS ENCONTROS DE CEB's NO BRASIL

A própria história das CEB's no Brasil está presente nos sucessivos Encontros Interclericales de Base realizados em várias partes do território nacional. O primeiro foi em Vitória-ES, em 1975. O mais recente em Santa Maria-RS, em 1992. Dom Amaury Castanho (1988), citando Pe. Darcy Luiz Marin, apresenta as propostas dos encontros, das quais extraímos as principais.

O 1º Encontro "CEB: Uma igreja que nasce do povo pelo espírito de Deus", do próprio lema apreendemos duas idéias fundamentais para o que pretendiam ser as CEB's no transcorrer de sua existência: Uma igreja de origem popular, diferente da estrutura católica, de caráter pluriclassista e a outra, sua fundamentação eclesiológica pelo fato de ter sido criada pelo espírito de Deus. Poderíamos aventar a idéia de que este lema foi escolhido pelos organizadores com o propósito de amefecer as críticas da hierarquia "conservadora" às CEB's e fazê-la adquirir legitimidade na instituição.

O Estado do Espírito Santo foi escolhido, porque naquela Diocese, segundo o Pe. Darcy Luiz Marin, havia desde 1967 "um fermento novo fazendo crescer a massa do Reino de Deus". Esse novo tipo de organização eclesial, ou novo jeito de ser igreja teve como mentores e incentivadores o Arcebispo de Vitória, Dom João Batista Motta e o Bispo-auxiliar Dom Luis Fernandes, depois transferidos para a diocese de Campina Grande-PB.

Tanto naquele Encontro Eclesial, como nos que lhes seguiram havia uma disposição a uma abertura para ativa participação dos cristãos na vida política do país.

No 3º encontro, por exemplo, realizado em João Pessoa, "Povo que se liberta", nas conclusões há a defesa da participação dos membros das CEB's na luta pela libertação "utilizando ferramentas necessárias como sindicato, associações, partidos políticos e outros"

¹⁾ Sobre esse assunto ver PLOEG (1991).

No 4º encontro "Igreja, povo oprimido que organiza para a libertação" (Itaici) é enfatizado a importância da Política (com P maiúsculo)⁽²⁾ e suas implicações nas CEB's e nas organizações populares". Já outro item do documento final pede "a contribuição desta organização para a transformação da sociedade".

PARTE III - AS CEB's E A DIOCESE DE CAMPINA GRANDE

Em Campina Grande, a formação das CEB's passou a ser prioridade com a nomeação de Dom Luís Fernandes para chefiar a igreja local no início da década de 80⁽³⁾.

Entre as modificações introduzidas por ele está o aumento da participação dos leigos e posteriormente na aproximação dos leigos com os movimentos populares e partidos políticos⁽⁴⁾. Houve a tentativa de se democratizar as decisões na comunidade quando foi reconhecido maior poder de decisão aos Conselhos comunitários e as relações entre agente de pastoral e animadores fiéis.

Entretanto, sobre essa questão voltaremos a problematizar um pouco mais adiante, há uma nítida divisão na organização das CEB's. Diferenciação estabelecida entre os chamados mediadores⁽⁵⁾ (Agente de Pastoral) e demais membros das CEB's. É tanto que Pe. José Comblin⁽⁶⁾ afirma que as comunidades dependem do carisma do Bispo. As CEB's em Campina Grande adquiriram dinamização e reconhecimento com a chegada de D. Luís Fernandes, de religiosas que vieram com experiências de outras regiões do país e de poucos padres recém-ordenados.

No que concerne à relação entre CEB's e movimentos sociais, vemos que os leigos que se engajam nessa esfera são de números reduzidos quanto à totalidade da comunidade. Eram e são aqueles que têm uma preocupação social, e muitos desses, adentraram para o trabalho pastoral depois de sentirem os "efeitos eclesiais" pelo menos a nível de proposta.

⁽²⁾ A expressão "Política (com P maiúsculo)" é para diferenciar a política como uma prática privada de grupos dominantes, institucional, daquela que estava ao alcance do cidadão comum, através de organizações situada na sociedade civil.

⁽³⁾ Para se ter uma visão geral de como se encontrava a igreja de Campina Grande, ver a Cartilha: História da salvação, 40 anos da paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Ver os Planos de Pastoral (1973-1977-1980-81).

⁽⁴⁾ Uma descrição sobre este assunto cf. na cartilha "preparando e vivendo a Assembléia Diocesana 1992, p.24.

⁽⁵⁾ Cf. NOVAES, (1993) : ⁽⁶⁾ Sobre o assunto ver VALLE (1993)

Além do mais, as atividades especificamente pastorais preencheu o tempo do agente leigo, impedindo-lhe de realizar trabalho político do modo efetivo.

Desta forma, o envolvimento dos membros das CEB's com a política partidária ou com os movimentos sociais não se efetiva de maneira homogênea (MAINWARING, 1989). Quanto a isto temos a seguinte interrogação: seria a dificuldade para articulação entre as duas esferas (política e religiosa) derivada da heterogeneidade de experiências anteriores por parte dos membros das CEB's? Entre estas experiências anteriores podemos citar a origem religiosa de tradição rural e/ou participação em movimentos contemplativos, como o Apostolado de oração, ou assistencialista como os vicentinos.

PARTE IV - CEB's E CPT LEVAM A IGREJA AO CAMPO.

No Brasil, a preocupação da igreja com os problemas agrários remonta de 1950. Em setembro daquele ano, Dom Inocêncio Engelk, bispo de campanha, M.G., em sua carta pastoral proclamava a seguinte frase: "conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural" (SALEM: 1981:85). Na verdade, embora sendo o pioneiro no episcopado brasileiro a se preocupar com problemas da terra, Dom Inocêncio anunciava o temor da igreja católica em relação ao "perigo vermelho", que era o grande alvo do discurso e da prática católica nos anos 50 e 60.

Depois de 1964, devido a política do governo para o campo, a situação do trabalhador se agravou. Principalmente porque aumentou a concentração de terra e a ocupação da Amazônia por grupos econômicos gerou conflitos entre estes e os posseiros.

Preocupados em resolver os problemas, os agentes de pastoral se reuniam e desses encontros surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975. Atualmente, esta pastoral encontra-se presente em todas as regiões do país e tem como objetivos "oferecer serviços legais, denunciar as injustiças, encorajar a criação de sindicatos rurais, estimular a renovação pastoral e oferecer curso de fé e política". (MAINWARING: 1989:201)

Na Paraíba, conforme Novaes (1987), na segunda metade da década de 60, no sindicalismo rural a repressão não foi tanto quanto a que recaiu sobre o sindicalismo urbano e as Ligas Camponesas. A atividade sindical no campo estava atrelada a igreja católica, que por sua vez, apoiou o golpe militar.

Todavia o controle exercido pelo governo militar sobre o sindicato não era aceito pela igreja. Era um ponto polêmico entre o "sindicalismo instituído pelo governo" e "igreja-povo de Deus".

Romano(1979), citado por Regina Novaes(1987:219) coloca que o objetivo básico da igreja era desvincular o sindicato da ingerência do governo. Para ele a Igreja tinha como "palavra de ordem fortalecer o sindicato de trabalhadores no campo para que possam ser o caminho de defesa e instrumento de pressão para que as leis sejam cumpridas".

Apesar da igreja está envolvida com a organização dos trabalhadores rurais pelo consentimento ao regime, sua posição diante do Estado se caracterizava pela ambiguidade. Essa ambiguidade vai fazer com que ela se ausente do sindicato. O afastamento se efetivou porque os membros do clero que tinham exercido político, obviamente levando proposta da Igreja para o sindicato, passaram a ser perseguidos pelo regime. Um outro motivo para a igreja terminar sua tarefa junto ao sindicato foi a supressão definitiva das ligas camponesas⁽⁷⁾. Porém a Igreja engendrava outras mudanças na linha de pastoral.

Na Arquidiocese da Paraíba, no início da década de 70, uma das prioridades para a Pastoral Rural foi a criação de Comunidades Eclesiais de Base. Principalmente nas áreas de conflitos gerados pela ameaça de expulsão dos posseiros e moradores de suas terras.

Em geral, os estudiosos do tema percebem que essa mudança da linha pastoral, fez com que as comunidades fossem vistas como alternativas de organização aos sindicatos. Embora reconheçam que se trata de instâncias de naturezas diferentes e com projetos distintos. No entanto algumas CEB's dão caráter à sua ação de um teor mais político, enquanto outras enfatizam mais a prática de serviços pastorais.

(7) Sobre esse assunto ver AZEVEDO (1982) e BENEVIDES (1985)

PARTE V - O PAPEL DOS MEDIADORES NA COMUNIDADE.

As CEB's brasileiras são heterogêneas, tanto por consideração da extensão territorial do país, que possui grandes diferenças regionais, como também devido as formas de reação da igreja frente aos movimentos populares que varia conforme o bispo, o clero e o laicato (MAINWARING, 1989)

Da mesma forma existe variações internas na igreja local. O zonal urbano da diocese de Campina Grande, por exemplo, tem problemas específicos que são diferentes do zonal do Curimataú ou do zonal do Brejo. Mesmo em cada CEB percebe-se diferenças de inclinação, perspectiva e atitude por parte dos seus membros.

Há em geral um grande descompasso entre os membros da comunidade com ativa participação na esfera política e aqueles que atuam nessa esfera em ocasião circunstancial. Num processo eleitoral é bem visível as discrepâncias de opiniões a respeito dos candidatos. A comunidade parece passar por um processo de "negação" da sua identidade, ou seja: põe-se em cheque o próprio termo comunidade, pois a decisão em quem votar não chega a um consenso, ou seja, não há uma proposta em comum. Por outro lado, deve-se levar em consideração que mesmo pertencente a um grupo específico, no caso, comunidades, as pessoas possuem suas diferenciações e portanto devem gozar de liberdade de expressão escolhendo suas próprias opções.

A razão para o dissenso pode ser encontrada na bifurcação existente na "igreja progressista" que possui dois elementos básicos que Novaes (1985:226), identifica como sendo os agentes de pastoral e Comunidade Eclesial de Base:

"As CEB's diferem em termo de origem e circunstância de seu nascimento, em termo de diferentes graus de envolvimento de seus membros, sob a designação agentes de pastoral, por outro lado, também se reúnem indivíduos com trajetória de vida e com concepção e perspectiva não homogênea".

E então, diante de diferenças tão evidentes entre CEB e agente de pastoral, como atenuá-las? Para atenuá-las a igreja envia o agente de pastoral - o mediador⁽⁸⁾ - portando uma metodologia de trabalho em sua bagagem. Uma metodologia que procura valorizar as experiências de vida das "classes populares". Para esses mediadores o povo possui uma sabedoria que o possibilita viver em condições adversas e opressoras.

O trabalho do agente de pastoral com as pessoas da comunidade visa despertá-las a realidade opressora em sua volta, buscando ao mesmo tempo meios para superá-la. Entretanto o mediador cumpre seu papel ao mesmo tempo que permanece "invisível". Sua função é captar e sintetizar os anseios dos trabalhadores.

Agora, será que estes mediadores conseguem se tornar "invisíveis" para a visão do povo com quem trabalha? É uma questão que apenas uma pesquisa empírica poderia trazer mais elementos para análises mais precisas. Enquanto isto, à priori, poderíamos colocar outras interrogações.

Até que ponto os agentes mediadores (padres, freiras e leigos) são na verdade "invisíveis"? Como poderíamos compreender Comblin⁽⁹⁾ que afirma que as CEB's hoje dependem do carisma do bispo? Pergunto eu, do carisma do padre? E das religiosas? Existe na comunidade uma dependência da ação dos mediadores. Em grande parte, as CEB's perdem o referencial de inserção nos movimentos sociais porque as religiosas e padres transferidos e os seus substitutos não têm as mesmas perspectivas de trabalho, nem as mesmas prioridades. Essa descontinuidade do trabalho, não seria por que as perspectivas e prioridades de trabalho foram estabelecidas pelos mediadores e não pelas próprias comunidades? Até que ponto a comunidade tem condições de "caminhar" sem mediadores?

E entre agentes leigos, por que determinadas lideranças adquirem legitimidade na organização do povo, na articulação entre fé e vida, inclusive candidando-se a cargos eletivos, obtendo êxito, enquanto outros não? O que os diferencia é a confiança pela dedicação à comunidade? A competência em resolver os problemas da mesma? É a demonstração de coragem frente as ameaças externas ao grupo? Max Weber (1979:135) tratando da dominação pelo carisma afirma: "A associação dominante é o de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o "apóstolo". Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional"

(8) Aqui chamamos de mediadores os agentes de pastoral em vínculo com instituição igreja, que estabelece uma espécie de ponte entre a localidade e demais espaços específicos da área de atuação da diocese. São estes atores que acabam contribuindo na articulação das CEB's com outros grupos e/ou instâncias, de certo modo atavam por proporcionar as CEB's A VUZURA DO 130 ANIVERSÁRIO DO BIRIA PALMEIRA (1985:50), CONTRIBUINDO PARA A LUTA pelo reconhecimento político, pela cidadania plena!"

(9) In Valle (1993), este autor analisa mais detidamente as posições de Comblin..

NOTAS CONCLUSIVAS :

Um ponto pacífico, entre os estudiosos da participação da igreja na história do Brasil recente, é que ela serviu como canal de expressão no momento em que pairava grande repressão sobre as organizações dos trabalhadores.

A formação das CEB's no auge da ditadura militar possibilitou a igreja articular de forma coesa o lado do sagrado como o lado da política, fazendo com seus membros participassem, com a legitimidade institucional, dos movimentos sociais ativamente. Foi uma fase que podemos chamar de profética⁽¹⁰⁾, em que a igreja se posicionou optando pelo setor social mais pobre economicamente, denunciando as injustiças cometidas pelo abuso do sistema político em vigor; assumindo a "voz de quem não tinha voz". Muitas vezes, com intuito de cumprir sua função de mediação profética, a igreja encontrou o perigo e o martírio.

Com o processo de abertura política, o País voltou a "normalidade institucional". Com a criação de vários partidos, os membros das CEB's emigraram para essas agremiações esvaziando-as das características políticas que possuíam⁽¹¹⁾, agora. As reivindicações sociais dos grupos empobrecidos se faziam ouvir de um outro lugar, especificamente político civil.

Hoje constata-se uma crise na "caminhada" das CEB's. Elas não apresentam o mesmo vigor que tinham nos seus primórdios. Percebe-se um crescimento lento das que resistem e algumas regiões ocorrem evasões ou parte dos seus quadros são cooptados pelo movimento sindical e partidos políticos.

Também a ação dos neoconservadores⁽¹²⁾ concorre para a desarticulação da CEB's. Atitudes como a punição de Leonardo Boff, o fechamento do ITER (Instituto Teológico do Recife) e a nomeação de bispo não comprometido com a Teologia da Libertação para dioceses que tinham um trabalho junto a grupos populares, com interesse de diminuir a força dos "progressistas", levam ao desmantelamento da "Igreja-Povo de Deus".

Comblin chama essas mudanças de institucionalização, que é resultado da crise de modelo que se firmara anteriormente. Diante das transformações as CEB's terão que responder aos desafios como a paroquialização, em que as decisões dos Conselhos comunitários não serão acatadas, cabendo a orientação pastoral exclusivamente ao pároco. O outro retrocesso a ser enfrentado era a CEB perder totalmente sua função mediadora com a esfera política e voltar a reerguer-se a antiga estrutura religiosa.

Com este processo em curso queremos levantar outras indagações:

. Essa institucionalização ocorre da mesma maneira tanto na área urbana como na área rural ? Considerando a heterogeneidade das CEB's, caberia especificar as diferenças.

. As CEB's, no campo continuam sendo instâncias alternativas de organização dos trabalhadores, no mesmo nível que representam os sindicatos ? Ou são lugares onde se adquire "consciência" dos problemas da área em que residem e procuram outros canais de participação política, como ocorre na cidade.

. Continuam a "Igreja-Povo de Deus" com a mesma função de mediadores "invisíveis" que denota uma dependência por parte da Comunidade em relação ao agente de Pastoral ?

. Em que sentido a participação da igreja contribui de maneira efetiva para, através do seu trabalho pastoral, a construção de uma identidade de cidadania dos trabalhadores rurais.

Em geral, devemos levar em consideração que apesar dos alcances e limites que o trabalho das CEB's possa apresentar ^{elas} são grupos que ao lado de outras pastorais específicas, de organizações populares, de ONG's, etc. e até do lado do sindicalismo rural, como ocorre nos sítios, conseguem ser uma espécie de "canal" que reúnem membros de uma localidade que de um modo ou de outro proporcionam espaços para discussão de problemas específicos da localidade visando a busca de soluções e melhoria de vida.

⁽¹⁰⁾ Cf. LAGENEST, (1976). O autor diferencia a função mediadora do sacerdote e do profeta.

⁽¹¹⁾ Cf. análise MAINWARING (1989)

⁽¹²⁾ Entenda-se aqui todos os membros do clero que atuam com objetivo de restabelecer a postura "apolítica" da igreja.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando Antônio; *As ligas Camponesas*.
RJ, Paz e Terra.

BENEVIDES, CEZAR. *Camponeses em Marcha*.
RJ, Paz e Terra. 1985

CASTANHO, Amaury, *Caminhos das CEB's no Brasil*. 2ª ed.
RJ, Ed. Marques Saralva, 1988

LAGENEST, J.P. Barmel de. *Elementos de Sociologia
da Religião*, Petrópolis. Ed. Vozes. 1976.

MAINWARING, SCOTT

1986, "A Igreja Católica e o movimento Popular: Nova Iguaçu - 1974-85".
In: *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*.

KRICHKE e MAINWARING, Paulo e Scott (orgs.)
Porto Alegre LEPM/CEDEC.

1989, "Igreja católica e Política no Brasil (1916-1985). Trad. Heloisa
Braz de Oliveira Prieto. São Paulo. Ed. Brasiliense.

NOVAES, Regina

1985. "A questão Agrária e o papel da Igreja na Paraíba". In: *Igreja Agrária*, Vanilda Paiva (org)
São Paulo. Loyola.

1987. "De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflito no campo (tese de Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP. São Paulo. (MIMED)

1993. "Nada será como antes, entre urubus e papagaios". In: *CEB's, Cidadania e Modernidade - Uma análise crítica*. V.V.A.A
São Paulo. Ed. Paulinas.

PALMEIRA, Moacir. "A diversidade de luta no campo:

Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato". In: *Igreja e Questão Agrária*. Vanilda Paiva (org.) S.P. Loyola.

PLOEG, Roberto Vander. "A Igreja dos pobres no Nordeste". In: *Cadernos do CEAS*. Nº 132. MARÇO/ABRIL 1991.

SADFR, EDER. *Quando Novas Personagens entram em cena - Experiência e Lutas dos trabalhadores do Grande São Paulo, 1970-1980*
RJ. Paz e Terra. 1988.

SALEM, Helena. *A Igreja dos oprimidos 2ª ed.* São Paulo.
Ed. Brasil Debates. 1981.

TEIXEIRA, Luiz Couto. *A Gênese das CEB's no Brasil - Elementos Explicativos*. São Paulo. Edições Paulinas, 1988.

VALLE, Rogério. "CEB: Fator de uma outra forma de modernização IN: CEB's, cidadania e Modernidade - Uma análise crítica. V.V.A.A. S.P. Ed. Paulinas, 1993.

WEBER, Max. "Os três tipos puros de Dominação Legítima. IN. *Sociologia*. São Paulo. Ed. Ática, 1979 (col. *Grandes cientistas sociais*).

CARTILHAS CONSULTADAS:

1988 - *Cartilha da Diocese de Campina Grande para as eleições*.

1989 - *Cartilha da diocese de Campina Grande para as eleições*.

1992 - *Preparando a Assembleia Diocesana de 1992*.

1994 - *Uma História da Salvação; História de 40 anos da Paróquia N.S. do Perpétuo Socorro. Campina Grande - PB*.

Planos Pastorais da Diocese dos Anos de 1973 - 1977 - (1980-1981)